

# Começar a construir

02 AGO 1995

NÃO é por acaso que o Plano Real completou um ano com direito a festa e votos de longa vida: nenhum de seus antecessores teve desempenho igual e por tanto tempo.

A EQUIPE chefiada pelo presidente Fernando Henrique desde os tempos de ministro da Fazenda não tem a seu crédito apenas a montagem de um delicado e eficiente mecanismo de subjugação da inflação. Reconhecem-se nela seriedade e visão de longo prazo. E mais: invulgar capacidade de reconhecer erros de percurso (que não têm sido poucos) e buscar corrigi-los sem hesitação. É raro, no homem público, o talento desacompanhado da teimosia.

A ÁGIL administração do Plano Real, no entanto, não é tudo. Porque não basta ao Governo ser apenas bombeiro contra o incêndio da inflação. Precisa começar a construir. Ou seja, iniciar de vez a reorganização do Estado — obra definitiva que tem no controle da inflação apenas a indispensável etapa preparatória.

A IDÉIA de que é necessário reduzir consideravelmente a presença do Estado em determinados setores da vida nacional, e torná-lo bem mais eficiente em outros, foi um dos carros-chefes da campanha eleitoral de Fernando Henrique. Dando-lhe a vitória, a opinião pública indicou claramente que desejava a mudança profunda no perfil do Estado. Hoje, a proposta é dívida.

ESTA não pode ser paga apenas com um leque de emendas constitucionais que eliminem alguns dos mais evidentes equívocos da Carta de 1988. Tampouco se trata da meta simplista de acorrentar o Estado para impedir que atrapalhe o desenvolvimento nacional. Impõe-se, ao contrário, libertá-lo de vícios históricos — tanto o cartorialismo e o clientelismo seculares como o gigantismo exacerbado de décadas recentes. Em poucas palavras, fazer dele um austero servidor da Nação. Tão honesto quanto magro.

A COMPLEXIDADE da tarefa não justifica a timidez das iniciativas oficiais. Pelo contrário, torna-a razão de preocupação.

UM exemplo claro é o da reforma da previdência social. O projeto sobre a mesa é um grande band-aid: visa — e assim é explicado e defendido — a evitar um rombo financeiro que paralisaria de vez o sistema previdenciário. Está longe de ser reformulação profunda, destinada a criar novas formas de captação de poupança que financiem as aposentadorias dos níveis elevados da massa assalariada. No Chile, por exemplo, a reforma da previdência fez crescer em cerca de 33% o nível da poupança.

COM um alto nível de poupança, é possível ao Estado estruturar um sistema de pensões e benefícios que atenda eficazmente as áreas carentes. Esta, evidentemente, é uma descrição simplificada. Basta, no entanto, para revelar a profunda diferença entre uma solução tapa-buraco e outra, consequente com a redefinição de atribuições e po-

deres do papel do Estado na sociedade moderna.

UM segundo exemplo é o da reforma administrativa. Anuncia-se modificação conservadora, que apenas flexibiliza a estabilidade do servidor, admitindo-a em situações limitadas. Mais não seria necessário porque não há hoje excesso de pessoal na administração direta.

A CONTECE que o problema não é apenas de quantidade de funcionários; ele está na própria natureza do sistema. Enquanto este ficar fortemente apoiado no princípio da estabilidade, não haverá incentivo à eficiência e à dedicação — e o resultado continuará a ser a imagem clásica do burocrata brasileiro. A administração pública precisa aprender com a iniciativa privada que o bom servidor é aquele que tem na qualidade de seu desempenho a melhor garantia de permanência e progresso no emprego.

COM a eficiência estimulada, o Estado poderá avaliar realisticamente o tamanho de seus quadros. Tem poderosos motivos para desejar fazê-lo com urgência. Em três anos, a folha de pagamento da União subiu de 15 para 33 bilhões de dólares. Note-se que cerca da metade desse dinheiro é destinada a inativos, fatia que tende a crescer no total do bolo.

NO campo dos recursos financeiros, até hoje não se fala em reforma fiscal, que incluiria tanto o enxugamento de despesas como a renovação na estrutura tributária. Anuncia-se apenas esta segunda parte, e mesmo assim o Governo ainda não deu sinal de realmente saber para onde vai. Aparentemente, quer mexer na divisão, com estados e municípios, do bolo dos impostos, e sonha com o impossível: fazer com que governadores e prefeitos engulam a perda de autonomia que viria automaticamente com uma recentralização da arrecadação.

À TIMIDEZ estratégica, o Executivo soma grave erro tático. Tem usado o recurso — transparente no caso da reforma tributária — de lançar uma barragem de balões de ensaio, antes de se comprometer com esta ou aquela fórmula. Não é prática nova, mas só costuma dar certo quando apedrejados são os balões, não o baloeiro. Se é isto que acontece, deveria estar piscando uma luz vermelha no Palácio do Planalto: a opinião pública está inconsciente.

É IRÔNICO, de resto, que mesmo as propostas modestas, como são as relativas à previdência e à administração direta, têm despertado reações violentas (e certamente injustas) de grupos e setores supostamente prejudicados. A grita dificilmente seria maior se os projetos do Governo tivessem a audácia e a profundidade realmente necessárias.

O PRESIDENTE ainda tem consideráveis reservas de crédito junto à opinião pública. E não está particularmente enfraquecido no Congresso. Deve isso a seus méritos. O capital que começa a lhe faltar é o tempo, o único cujas reservas são irrecuperáveis.